



conduzidos pela CPA da referida IES, entre 2013 e 2021, enfocando elementos que deveriam constar nos documentos e que são admitidos como necessários pelos especialistas da área. Esta investigação integra a pesquisa intitulada “A Autoavaliação Institucional do Sinaes (2013-2021): do Uso dos Resultados aos Efeitos na Gestão da IES” (Chamada CNPq/MCTI nº 10/2023 - Universal - Processo 408972/2023-8), adotando a mesma metodologia.

Desenvolvimento

A IES selecionada atende aos critérios de inclusão e exclusão do universo de instituições levantadas. A metodologia fundamenta-se em pesquisa documental e revisão bibliográfica. Para a análise documental, utilizou-se uma planilha composta por duas abas, das quais este trabalho foca na "Etapa 2 – Fase 2", que compreende os RAIs e os Relatos Institucionais (RIs). O intuito é evidenciar o atendimento à legislação do Sinaes e a dinâmica da CPA em cada instituição.

A planilha contém 12 indicadores (linhas). Para esta pesquisa, utilizou-se a linha “b”, que verifica se o relatório apresenta os segmentos da comunidade acadêmica participantes da autoavaliação (com resposta binária "Sim/Não" e descrição concisa da apresentação desses segmentos).

Quanto ao referencial teórico, o entendimento do não dito em Bourdieu (1996) vincula-se às noções de *doxa* e *habitus*. Refere-se ao conjunto de pressupostos e esquemas de percepção interiorizados, tornando-se tão naturais que não são questionados ou verbalizados. Trata-se de uma adesão silenciosa à ordem social do campo, na qual estruturas de poder e desigualdades são vividas como evidências autoexplicativas. Para Bourdieu (1996), é o sentido prático: um conhecimento retido pelo corpo, mas não articulado pela consciência, que transforma o arbitrário cultural em algo inevitável. Assim, o não dito constitui o fundamento invisível que permite às regras de dominação operarem com máxima eficiência.



Dessa forma, o que não está escrito torna-se para o leitor específico do campo uma fonte valiosa de informação. Nos RAIs analisados, a orientação da participação comunitária deu-se de forma meramente descritiva, sem detalhamento dos segmentos participantes. É imperativo ressaltar que tal orientação deveria emanar da própria política regulamentada pelo Sinaes.

Outro resultado relevante é a recorrência da não participação efetiva da comunidade. Observa-se uma omissão da CPA e da gestão institucional na construção de uma cultura avaliativa, sendo que esta parece limitada a identificar quem respondeu aos questionários para fins de submissão ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Como elucida Bernardes (2018, p. 93), a CPA deveria assegurar a participação representativa de docentes, discentes e técnicos-administrativos, visando a uma condução coletiva da avaliação.

Evidenciou-se, ainda, que entre 2013 e 2021 os RAIs falharam em explicitar quem são os sujeitos envolvidos e como a avaliação é desenvolvida. No relatório de 2014, por exemplo, destaca-se a impossibilidade de identificar os diferentes polos e a ausência de definição de turmas, alunos e cursos, apresentando-se apenas o número global de coordenadores. Portanto, os "não ditos" revelam que, para a instituição, os RAIs representam apenas o cumprimento burocrático de uma obrigação regulatória. Os relatórios negligenciam a transparência sobre a composição social da amostra e apresentam textos idênticos ano após ano, mantendo lacunas de períodos anteriores e abdicando de análises reflexivas sobre a realidade institucional.

Considerações finais

A análise dos RAIs da IES pesquisada, sob a lente teórica do não dito de Pierre Bourdieu, revela que o silêncio documental não é meramente uma lacuna técnica, mas um indicativo político e institucional. Ao omitir dados detalhados sobre quem participa, como participa e quais são os impactos reais dessa participação, a instituição acaba por



naturalizar uma estrutura de avaliação que se distancia do caráter emancipatório previsto pelo Sinaes e pelos leitores especializados .

Os resultados demonstram que a participação da comunidade acadêmica no período de 2013 a 2021 ocorreu de forma periférica e pouco transparente. A recorrência de textos idênticos e a ausência de detalhamento por segmentos evidenciam que o processo de autoavaliação tem servido mais como um instrumento de conformidade burocrática para atender às exigências do INEP do que como uma ferramenta de gestão estratégica e reflexão crítica. O *habitus* institucional, neste sentido, reproduz a lógica da regulação estatal em detrimento da construção de uma cultura avaliativa genuína. Ademais, na apresentação dos resultados das avaliações, não se identificam quais foram os cursos, docentes, entre outros participantes, apenas se informa a apresentação numérica, sem qualquer correlação com o universo de cursos e setores da IES.

Os não ditos propiciam semear discussões em que a aparente falha pode ser interpretada como uma forma de máscara frágil ou até mesmo pela escassa participação da comunidade acadêmica. Um outro não dito nos RAIS aparece nos dados apresentados, que não são acompanhados de explicações sobre as maneiras como foram elaborados e aplicados. Os resultados referem-se a aspectos como comportamento, assiduidade, participação, pontualidade, relacionamento e execução de atividades, com médias situadas entre “bom” e “ótimo”.

Conclui-se que o não dito nos RAIS analisados denuncia a fragilidade dos mecanismos de escuta e a manutenção de estruturas de poder que desvalorizam o protagonismo dos sujeitos (docentes, discentes e técnicos). Para que a autoavaliação institucional cumpra seu papel transformador, é imperativo que as CPAs rompam com a adesão silenciosa ao formalismo e passem a documentar não apenas os números globais, mas a densidade social e política das vozes que compõem a universidade. Este estudo espera, assim, provocar novas reflexões sobre a transparência e a democratização dos processos avaliativos no contexto das IES da região Norte.



Referências

BERNARDES, Joelma dos Santos. **Discursos (des)valorizados sobre a avaliação:** compreensão dos movimentos discursivos da ABMES e da Andifes no mercado linguístico das políticas públicas de Avaliação da Educação Superior Brasileira. 2018. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas.** São Paulo: Edusp, 1996.